SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL COMO FATOR DE RISCO PARA O SURGIMENTO DA DEPRESSÃO INFANTIL¹

Monalisa da Silva Pereira²

Neide Cascaes³

Resumo: A proposta do presente trabalho fundamenta-se na análise das consequências da Alienação Parental a qual é desencadeada no âmbito da organização familiar em virtude dos reflexos da separação conjugal. Nesse ambiente instável a criança vítima da alienação acaba desenvolvendo sintomas graves que influenciam o seu desenvolvimento psicológico, causando a Síndrome da Alienação Parental (SAP). A SAP é identificada por um rol de sintomas não taxativo e nesse contexto surge a dificuldade em diagnosticar as mais variadas patologias, como o desenvolvimento da depressão infantil, fonte de pesquisa deste trabalho. A importância do tema em análise fica evidenciada pela instituição da Lei nº 12.318/2010 a qual surgiu no intuito de assegurar à criança o convívio com os genitores livre de interferências alienadoras.

Palavras-chave: Alienação Parental. Síndrome da Alienação Parental. Depressão Infantil.

1 INTRODUÇÃO

As famílias passam por diversos conflitos conjugais e quando esses conflitos resultam em separações com o afastamento de um dos cônjuges do lar cria-se um ambiente instável, em especial, para os filhos que não conseguem discernir com precisão os novos fatos, que são responsáveis pelas alterações emocionais.

É costumaz verificar que diante da separação o casal passa a desenvolver sentimento de repulsa em relação a seu ex-companheiro (a), que ocasiona intermináveis conflitos e sentimentos particulares de raiva, rancor e não aceitação dos fatos e

¹Artigo apresentado como trabalho de conclusão de curso de graduação em Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Psicóloga.

²Acadêmico (a) do curso de Psicologia. E-mail: monalisa_urussanga@hotmail.com

³ Professora orientadora. Mestre em educação. Universidade de Santa Catarina - Unisul. E-mail: Neide.cascaes68@gmail.com

acontecimentos. Além do mais, outro episódio comumente verificado é o ato de “revanche” pela não aceitação de vivenciar potencial felicidade do ex-cônjuge. É nesse momento de separação mal resolvida que a alienação parental pode vir a tomar forma.

E assim nessa convivência de ânimos exaltados e disputas conjugais a tendência é os filhos ficarem em segundo plano desestabilizados com o novo paradigma. Em outras oportunidades os ex-companheiros utilizam os filhos a fim de denegrir a imagem de modo bilateral agravando ainda mais a situação da criança que já vive sob um dilema psicológico e com limitadas opções para agir perante a separação.

Esse evento no qual a criança é inserida nos conflitos para satisfazer a intenção de um dos cônjuges resulta em estórias, em sua maioria, ilógicas que acabam por implantar falsas memórias. Dessa forma a criança passa a externar seu sentimento de raiva, angústia, rancor, tristeza.

Opera-se sobre a criança a chamada ‘programação de falsas memórias’, consistindo essa em implantar fatos irreais e até mesmo ilógicos na consciência do filho, fazendo com que aquilo que sente a mãe se confunda com os próprios sentimentos do infante. (RANGEL; PEREIRA 2009, p. 09).

Assim verifica-se o surgimento da Alienação Parental que é o resultado dessa influência negativa e psicológica do cônjuge alienante sobre os filhos. A alienação parental é denominada segundo Figueiredo e Alexandridis (2014, p. 47), “[...] atuação do alienador que busca turbar a formação da percepção social da criança ou do adolescente.”

A ação constante e imprudente que incute falsas memórias na criança condiciona o surgimento de sintomas emocionais como estresse, angústia, raiva, ansiedade, baixa autoestima, que podem desencadear a depressão infantil.

Esses sintomas são denominados como Síndrome de Alienação Parental (SAP). Situação em que a mãe ou o pai de uma criança a treina para romper os laços afetivos com o outro cônjuge, criando fortes sentimentos de ansiedade e temor em relação ao outro genitor. (GARDNER, 1985)

É concebível mencionar que a alienação parental pode ocorrer de maneira agressiva pelo alienante causando formação psicológica negativa na criança ou no adolescente.

Esses atos podem ser praticados pelos seus genitores, membros da família ou por qualquer pessoa que obtenha sua guarda, ou vigilância, e cria obstáculos significativos à manutenção dos vínculos afetivos em relação aos seus genitores, (RABELO; VIEGAS, 2011).

Nesse contexto é de suma importância que esses atos maléficos à saúde psicológica da criança e ao seu desenvolvimento saudável devam ser coibidos. Ademais foi sancionada em agosto de 2010 a Lei número 12.318⁴coibindo práticas de Alienação Parental, a qual prevê medidas que vão desde o acompanhamento psicológico até a aplicação de multa ou mesmo a perda da guarda da criança pelos pais que estiverem alienando seus filhos.

De acordo com a norma supracitada a prática de alienação parental fere o direito fundamental da criança e do adolescente de uma convivência familiar saudável, prejudicando a realização de afeto nas relações com o genitor e com o grupo familiar, causando ainda outros fatores negativos para a formação da criança. É nesse sentido que se faz necessário - muitas vezes - uma intervenção do estado como forma de garantir os direitos básicos dos menores por meio da interferência do poder judiciário na figura do juiz.

A lei que dispõe sobre a Alienação Parental prevê que o desenvolvimento moral da criança fica prejudicado quando sujeita a condições psicológicas degradantes e alienantes. Nesse contexto é inevitável o surgimento de patologias graves como exemplo a depressão infantil.

Segundo Fraga (2015, p.16). “Os sintomas da depressão infantil geralmente aparecem no sistema familiar, nem sempre sendo reconhecidos como tais pelos pais ou responsáveis.”

É indubitável que esses atos sejam coibidos com a máxima brevidade e com os instrumentos legais disponíveis, e, diante disso, não se pode olvidar a necessidade da criança ser submetida a tratamento psicológico, pois a alienação parental é a porta de entrada para distúrbios psicológicas graves resultando na Síndrome da Alienação Parental que por sua vez pode ter como consequência o desenvolvimento da depressão infantil.

Essa pesquisa tem como objetivo geral analisar a Síndrome da Alienação Parental como fator de risco para o surgimento da depressão na criança vítima de Alienação Parental,

⁴BRASIL, Lei que dispõe sobre a alienação parental 12. 318 de agosto de 2010.

como objetivos específicos identificar os fatores desencadeantes para o surgimento da depressão infantil sobre a criança vítima de alienação parental e descrever quais os distúrbios que a síndrome da alienação parental pode trazer como consequências na saúde da criança.

Desse modo seria possível correlacionar os sintomas advindos da alienação parental com a depressão infantil e quais os desafios para o diagnóstico fidedigno da depressão na fase de desenvolvimento infantil?

1.1 A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE E PERSONALIDADE DA CRIANÇA

Família é a base para o desenvolvimento de toda criança e imprescindível na formação da personalidade e na conduta individual do ser humano. Segundo nos ensina Kaloustian (1998, p. 11), “[...] a família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência de desenvolvimento e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vem se estruturando.”

Toda organização familiar requer uma proteção à criança e ao adolescente na qual é desenvolvido um processo homogêneo de comportamentos que quando somados são imprescindíveis para a estrutura familiar e de seus membros.

Ainda conforme Kaloustian (1998, p. 13), “[...] a família é percebida não como o simples somatório de comportamentos, anseios e demandas individuais, mas sim como um processo interagente da vida e das trajetórias individuais de cada um de seus integrantes.”

É necessário mencionar a importância da construção de um ambiente que transpareça a necessidade de cuidados especiais com os vínculos nas relações afetivas dos indivíduos.

Nesse contexto afirma Carvalho (2000, p. 13):

A maior expectativa é de que ela [a família] produza cuidados, proteção, aprendizado dos afetos, construção de identidades e vínculos relacionais de pertencimento, capazes de promover melhor qualidade de vida a seus membros e efetiva inclusão social na comunidade e sociedade em que vivem. No entanto, estas expectativas são possibilidades, e não garantias.

Vale lembrar que a proteção aos vínculos afetivos é de natureza imperiosa nas fases iniciais do desenvolvimento da criança. É o que preconiza Silva (2008, p.34), “[...] o ente humano precisa, principalmente durante a infância, de cuidados essenciais à sua criação e educação.”

Na sociedade contemporânea, independentemente de como as famílias são formadas e estruturadas, o meio em que a criança está inserida pode ter grande influência na sua formação e desenvolvimento.

Nas palavras de Dias (2006, p. 319), “O desenvolvimento da sociedade e as novas concepções de família emprestaram visibilidade ao afeto, quer na identificação dos vínculos familiares, quer para definir os elos de parentalidade.”

A afetividade torna-se algo importante na formação da identidade da criança a qual pode moldar a sua personalidade desde o nascimento até as fases iniciais da vida adulta por meio das relações familiares.

Nessa perspectiva cabe destacar que é necessário para o desenvolvimento da personalidade da criança um ambiente onde ela se sinta acolhida e protegida. Quando esse ambiente é inexistente, a criança se utiliza de mecanismos específicos, para lidar com as dificuldades, podendo comprometer, dessa forma, o desenvolvimento das estruturas de personalidade que estão se formando na infância, de acordo com Calderaro e Carvalho (2005).

Desse modo quando na estrutura familiar a um abalo emocional, o afeto e o amor que são fatores necessários para uma formação de identidade e personalidade saudável a criança fica exposta a conflitos. Assim o ambiente familiar se torna um lugar inapropriado para o desenvolvimento da criança a qual poderá desenvolver problemas emocionais com reflexos graves para sua saúde emocional.

1.2 SEPARAÇÃO E CONFLITOS

A dinâmica familiar, por muitas vezes, é atingida por fatores que acabam por destruir um ambiente propício para o desenvolvimento das estruturas da personalidade dos filhos. Nesse aspecto, menciona-se o divórcio como uma das causas principais para a

desestruturação da família, o qual é responsável por influenciar diretamente o emocional da criança.

Diante das várias dificuldades em manter uma união entre cônjuges duradoura que resulte a todo instante em um estado complexo de amor e apreço entre os indivíduos de uma mesma família, surgem os conflitos e desentendimentos. Nesse contexto como as pressões externas são alternadamente constantes acabam por desenvolver na relação conjugal uma reação de estresse gerando discussões e brigas, afetando diretamente os filhos do casal.

Quando o ambiente familiar deixa de ser um lugar apropriado para os cônjuges e os filhos, substituindo afeto e amor por brigas e desentendimentos, na maioria das vezes, o reflexo inevitável é o divórcio. Gonzaga (2005, p. 16) ensina que:

[...] o divórcio é uma espécie de ruptura no sistema familiar, trazendo uma série de mudanças na estrutura e nos relacionamentos, tanto para o casal quanto para os filhos. Quando o divórcio acontece, pressupõe-se que se esgotaram todas as possibilidades de convivência. Os conflitos não puderam ser resolvidos e as crianças, por menores que sejam, percebem o nível de tensão entre os pais.

Na ocorrência do divórcio pressupõe-se que não há mais possibilidades de uma boa convivência, sendo assim os conflitos que passam a ser insuscetíveis de resolução são responsáveis pelo desenvolvimento de alterações psicológicas significativas na criança vítima.

Assim nos orienta Tosta (2013, p. 08), “[...] a família é considerada um ciclo vital do qual trará algumas consequências e interferências no aspecto emocional, assim como na construção da identidade da criança.”

Com base nas estatísticas fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Direito de Família (apud PINTO, 2012, p. 6), várias consequências surgem em detrimento da ausência ou distanciamento por parte de um dos genitores do infante. A presença paterna tem extrema importância na vida e formação da personalidade e identidade da criança. Quando isto lhe é tirado e seus vínculos arrancados podem resultar em problemas de grande monta:

[...] 72% de adolescentes que cometem crimes graves e homicídios vivem em lares de pais separados;
- 70% dos delinquentes adolescentes e pré-adolescentes cresceram distantes de um genitor;
- Crianças sem a presença do pai têm 2 vezes mais probabilidades de baixo rendimento escolar e a desenvolverem quadros de rebeldia a partir da 3ª infância;
- A taxa de suicídio (ou tentativa) entre adolescentes de 16 e 19 anos de idade triplicou nos últimos 5 anos, sendo que de um em cada quatro suicídios ou tentativas de auto-extermínio, três ocorreram em lares de pais ausentes ou distantes;
- Crianças na ausência do modelo do pai estão mais propensas ao uso de álcool e tabagismo e outras drogas;

- Filhas distantes de pai têm 3 vezes mais chances de engravidarem ou abortarem ao longo da adolescência;
- Crianças na ausência do pai são mais vulneráveis a acidentes, asma, dores, dificuldade de concentração, faltar com a verdade e até mesmo desenvolver dificuldades de fala;
- Meninas distantes do pai têm 3 vezes mais chances serem vítimas de pedofilia ou mesmo de procurarem em qualquer figura masculina mais velha.

O amor o afeto e o carinho são imprescindíveis em uma organização familiar que se sobrepõem aos conflitos passageiros. Nesse sentido contribui Silva (2010, p. 04):

É muito melhor para a criança conviver com o conflito durante algum tempo do que perder a presença amorosa de um pai ou uma mãe. O enfraquecimento do laço afetivo entre pais e filhos causa graves traumas às crianças: esse laço dificilmente se refaz mais tarde.

Diante dos conflitos instalados de maneira duradoura na organização familiar e o conseqüente divórcio dos atuais ex-companheiros é necessário um lapso temporal para a adequação a situação.

Segundo Gonzaga (2005, p.16), “[...] a separação exige uma mudança na maneira de funcionamento das famílias, provocando uma nova definição da vida familiar. Esse período é extremamente delicado e torna-se primordial um tempo considerável de reorganização.”

Além de todos os conflitos e transtornos que ocorrem com o divórcio cabe dimensionar o silêncio que se instala entre as brigas do casal que acaba afligindo as crianças significativamente de modo a contribuir para o agravamento da crise familiar.

O divórcio pode ter efeitos de diferentes alcances sobre a saúde mental da família e reflexos negativos principalmente no desenvolvimento dos filhos. Este acontecimento se torna marcante em sua vida e, muitas vezes, a criança passa a se autoculpar pelo ocorrido e somado ao silêncio do divórcio acaba ainda por desenvolver sérios problemas emocionais. (DOLTO, 1989).

Quando há um relacionamento conturbado e com conflitos Cachapuz(2006, p. 13) afirma que:

Mágoas vão aparecendo, ressentimentos que maculam o amor e a confiança a atenção e a consideração, necessárias ao alimento do amor, vão sendo destruídas e o relacionamento vai se fragilizando. O indivíduo, então, não percebe que está autorizando o outro a dizer-lhe palavras negativas, acaba machucando-o e magoando-o, através da mensagem enviada.

É importante que os pais esclareçam para seus filhos o que está acontecendo e que o relacionamento conjugal poderá ser encerrado, mas a responsabilidade o carinho o amor e afeto com o filho continuará. A transparência se faz necessária para minimizar os prejuízos emocionais deste acontecimento.

E nessa perspectiva Dolto (1989, p.26), afirma que “[...] de outro modo o silêncio feito em torno dele fica sendo, para as crianças, como se o divórcio fosse uma “sujeira”, sob pretexto de esse acontecimento ser acompanhado de sofrimento.”

Quando a comunicação entre o casal já não é mais possível ocorrendo à ruptura dos laços conjugais, é comum os filhos serem utilizados como troféus ou armas como forma de atingir os objetivos pessoais dos cônjuges.

Diante desta situação Rangel e Pinheiro (2009, p 04.) denotam que:

Rompidos os laços de afetividade entre o casal e a conseqüente separação, o genitor, via de regra a mãe, sente-se abandonada e rejeitada e, diante da impossibilidade de lidar da forma mais adequada e conveniente, passa a adotar atitudes que, a bem da verdade, tentam manter sobre seu jugo o sentimento do menor, inculcando nele suas próprias opiniões e frustrações a respeito do ex-consorte.

É nesse momento que os pais agem comumente de forma inconsequente, utilizam os filhos como forma de impor castigos ou mesmo vinganças pessoais inculcando na criança falsas memórias e destruindo os laços afetivos que ainda existiam. Dessa forma o surgimento da alienação parental se torna latente destruindo a possibilidade da criança ter acesso a uma vida psicológica saudável.

1.3 ALIENAÇÃO PARENTAL E SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL

Diante da dificuldade do término de uma relação conjugal é comum um dos cônjuges relutarem pela continuação da relação mesmo com a negativa do outro. Com todos os conflitos já ocorridos somados ao fato da frustração de sua intenção, este sente-se culpado, abandonado ou rejeitado, sente-se traído desejando vingança pessoal com a não aceitação da separação.

Os filhos, nessas situações, podem passar a ser instrumentos de vingança fazendo com que se afastem do genitor - objeto do alienante - criando sentimentos de ódio com esse e aumentando a afeição com o genitor alienante.

Dias (2010, p. 15), afirma que os filhos “[...] são levados a rejeitar e a odiar quem provocou tanta dor e sofrimento, ou seja, são programados para odiar [...] acaba o guardião convencendo o filho de que o outro genitor não lhe ama.”

A criança raramente consegue ter a percepção das falsas imputações que o genitor alienante lhe verbaliza e acaba tomando as inverdades de modo real e verdadeiro. Assim o sujeito ativo da alienação tem seu objetivo por completo, mas não percebe o quanto é prejudicial para a saúde emocional dos filhos escolherem um dos pais e renegar o convívio do outro como sendo esse uma figura do mal, da discórdia e causador de todos os conflitos.

Sobre a capacidade de percepção da alienação pelos filhos assevera Silva e Fernandes (2014, p. 07):

O menor nem sempre é capaz de perceber que está sendo ludibriado quanto à inserção de tais fatos, porém acaba por acreditar ser verdadeiro, haja vista que é seu genitor que afirma com bastante convicção que realmente se trata de fatos que se sucederam.

Contribuindo com o pensamento, Guimarães (2015, p. 09), diz que “o alienador coloca em cheque a bondade do alienado, levando a criança a acreditar que o outro não o ama, vitimizandose e creditando ao outro a responsabilidade pelos momentos ruins que estão passando.”

A alienação parental acontece quando há uma tendência a vingança muito grande por parte de um dos cônjuges e isso se desenvolve quando a separação é mal aceita, desencadeando então no alienador raiva, sentimento de vingança e utilizando desta forma a criança como paradigma para atingir o ex-cônjuge.

Nesta mesma linha de pensamento Guimarães (2015, p. 2), vai além e afirma que:

[...] o fim do casamento geralmente é acompanhado de atritos e desavenças, muitas vezes de sentimentos de vingança e ódio, sentimentos estes que, quase sempre, atingem os filhos. A Alienação Parental acontece quando um dos ex – cônjuges, imbuído do desejo de vingança, inicia campanha difamatória e desqualificadora contra o outro genitor, a fim de destruir os vínculos afetivos deste com os filhos.

É nesse sentido que surge a Lei de combate a Alienação Parental 12.318 de 2010, que tem o objetivo de proteger a criança e seus Direitos Fundamentais, preservando dentre vários direitos o seu convívio harmonioso com a família:

Art. 2º. Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.

Parágrafo único. São formas exemplificativas de alienação parental, além dos atos assim declarados pelo juiz ou constatados por perícia, praticados diretamente ou com auxílio de terceiros:

- I - realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade;
- II - dificultar o exercício da autoridade parental;
- III - dificultar contato de criança ou adolescente com genitor;
- IV - dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar;
- V - omitir deliberadamente o genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço;
- VI - apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente;
- VII - mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós.

Diante dos fatos, o psicólogo ganha importância relevante na atuação junto ao judiciário como perito técnico e assistente do juiz a fim de diagnosticar práticas alienadoras, conforme Art.5º da Lei nº 12.318 de 2010:

Art. 5º Havendo indício da prática de ato de alienação parental, em ação autônoma ou incidental, o juiz, se necessário, determinará perícia psicológica ou biopsicossocial.

§ 1º O laudo pericial terá base em ampla avaliação psicológica ou biopsicossocial, conforme o caso, compreendendo, inclusive, entrevista pessoal com as partes, exame de documentos dos autos, histórico do relacionamento do casal e da separação, cronologia de incidentes, avaliação da personalidade dos envolvidos e exame da forma como a criança ou adolescente se manifesta acerca de eventual acusação contra genitor.

§ 2º A perícia será realizada por profissional ou equipe multidisciplinar habilitados, exigido, em qualquer caso, aptidão comprovada por histórico profissional ou acadêmico para diagnosticar atos de alienação parental.

Desta forma complementando o que já fora mencionado acerca de alienação parental, Guimarães (2015, p. 09) arremata da seguinte forma:

A criança alienada se sente mal, confusa e ansiosa, sem saber se as coisas que são ditas são reais ou mentiras. No entanto, o filho aos poucos se convence das inverdades ou se sente culpado de estar com o outro, enfraquecendo vínculos emocionais. Nem sempre os filhos conseguem separar a verdade da mentira e acabam aceitando como verdade absoluta o que é dito sobre o alienado, levadas então a repetir aquelas palavras como se verdades fossem.

Cabe mencionar que, via de regra, a genitora se apresenta como a grande causadora dos problemas resultantes da alienação parental, fato esse que justifica sua figuração com elevada frequência em processos jurídicos sobre o tema, pois na maioria dos casos é esta quem fica com a guarda da criança.

É nesse contexto que Rangel e Pinheiro (2009, p. 05), já utilizavam a mãe da criança como fonte de exemplificação para a confirmação da alienação parental:

Aquele que pretende inviabilizar a convivência do filho com o não guardião tende a cortar as fotografias em que os filhos estão em companhia do pai, impedindo que as mesmas sejam expostas; não permite ou proíbe, tanto quanto possível, àquele pai que “ficou de fora” o acesso acerca das informações escolares tais como o boletim escolar e os relatórios de acompanhamento e desenvolvimento do filho; não fornece materiais fotográficos que contém imagens paternas; não autoriza o acesso do pai nas dependências da escola, no claro objetivo de macular a imagem dele perante o corpo docente da instituição; dificulta qualquer acordo quando diante de atividades de conciliação e mediação que tentam promover uma resolução do conflito; estende o processo de alienação aos familiares e aos amigos do ex-cônjuge; comumente desenvolvem quadros de depressão e agressividade, o que reflete no uso de violência física ou psicológica sobre seus filhos; não raras vezes criam óbices ao pai não guardião ao direito de visitar seus filhos nos horários previamente estipulados e o fazem obrigando seus filhos a afirmarem que não querem tal convívio; impede quaisquer contatos do filho com o pai, inclusive o telefônico.

Desse modo Alienação Parental é a tentativa do genitor alienante de afastar o outro genitor do convívio dos filhos. As mentiras e inverdades levam a criança a desenvolver distúrbios que são refletidos no seu comportamento, sinais de ansiedade, estresse, irritabilidade, confusão mental são constantemente identificados.

Conforme Dias (2011, p. 460):

Como sintomas, pode-se destacar depressão crônica, incapacidade de adaptação em ambiente psicossocial normal, transtornos de identidade e imagem, desespero, sentimento incontrolável de culpa, sentimento de isolamento, comportamento hostil, falta de organização, dupla personalidade e às vezes suicídio.

Esse processo de alienação é instituído como Síndrome da Alienação Parental o qual resulta em “estragos catastróficos” aos filhos dos cônjuges, os quais acabam por abalar o psíquico do filho envolvido. Esta alteração psicológica é manifestada em decorrência do fato de um dos cônjuges induzirem a criança contra o outro, colocando-a em uma situação de “escolha” entre o pai ou a mãe.

Esse comportamento de tentativa de exclusão de um dos pais na vida dos filhos causando distúrbios emocionais foi conceituado como Síndrome da Alienação Parental (SAP) pelo psiquiatra infantil Richard Gardner (2002, p. 2):

[...] um distúrbio da infância que aparece quase exclusivamente no contexto de disputas de custódia de crianças. Sua manifestação preliminar é a campanha denegritória contra um dos genitores, uma campanha feita pela própria criança e que não tenha nenhuma justificação. Resulta da combinação das instruções de um genitor (o que faz a “lavagem cerebral, programação, doutrinação”) e contribuições da própria criança para caluniar o genitor-alvo.

Ainda conforme Gardner (2002, p. 3), a Síndrome da Alienação Parental (SAP) é resultado de características de alienação parental que podem se apresentar de modo severo a moderado:

1. Uma campanha denegritória contra o genitor alienado.
2. Racionalizações fracas, absurdas ou frívolas para a depreciação.
3. Falta de ambivalência.
4. O fenômeno do “pensador independente.”
5. Apoio automático ao genitor alienador no conflito parental.
6. Ausência de culpa sobre a crueldade a e/ou a exploração contra o genitor alienado.
7. A presença de encenações ‘encomendadas’.
8. Propagação da animosidade aos amigos e/ou à família extensa do genitor alienado.

Muitos discursos são utilizados comumente pelo genitor alienador como forma de garantir apoio do filho, conforme asseguram Rangel e Pinheiro (2009, p.6):

Outra forma muito característica de identificação dessa síndrome são as falas imaturas e irreais direcionadas ao infante, tais como “seu pai não se importa com você”, “se você sair com seu pai, mamãe vai ficar aqui sozinha e triste”, “se seu pai gostasse de você não teria nos deixado”, “seu pai me persegue”, “ele vai levar você pra longe e nunca mais você verá a mamãe”, “seu pai é um bêbado e um desonesto”, “seu pai nos roubou tudo o que tínhamos”, “seu pai é um vagabundo”, “seu pai é digno de vergonha”, “seu pai é desequilibrado e muito violento, tenho pavor dele querer bater em você.”

Como resultado da alienação parental a criança é acometida por problemas psicológicos que afetam diferentes áreas de seu desenvolvimento. O comportamento da criança é o reflexo do meio onde ela está inserida, portanto a forma como são criadas e educadas resultará diretamente na formação e desenvolvimento da sua personalidade.

Em uma organização familiar onde a alienação parental se apresenta como decorrência dos conflitos e do rompimento do vínculo conjugal poderá haver influência direta na saúde emocional e psicológica resultando como consequência a Síndrome da Alienação Parental que é caracterizada pelos distúrbios resultantes do processo alienador. Esses sintomas diagnosticados podem ser de grande monta e ainda causadores de patologias como a depressão infantil que desponta como sendo de extrema importância para o diagnóstico e consequente tratamento psicológico adequado.

1.4A DEPRESSÃO INFANTIL

A depressão infantil como consequência do processo alienador é um transtorno capaz de alterar o desenvolvimento da criança e do adolescente e interferir no processo de maturidade social e psicológico.

Os sinais da depressão são manifestados de forma diferente na criança e no adulto, possivelmente devido ao processo de desenvolvimento. A depressão foi considerada a principal doença do século, se refletindo no fato de que adultos deprimidos têm 20 vezes mais chances de morrer de acidentes ou suicídio do que os que não têm nenhum transtorno psiquiátrico. (MILLER, 2003).

Outro fator que compromete o entendimento da depressão infantil é a grande diferença entre seus sintomas. Enquanto o adulto deprimido consegue falar sobre o que está sentindo e de seus sintomas depressivos, a criança não consegue ter essa consciência e sua depressão só pode ser indiretamente suspeitada através de seu comportamento. (MILLER, 2003).

Assim a depressão infantil é comumente originada de um conjunto de sintomas que advêm de práticas alienadoras na organização familiar caracterizado por forte dificuldade em seu diagnóstico pelo profissional responsável, justamente pelo grande rol de distúrbios que a alienação parental é capaz de desenvolver.

O tema depressão infantil sempre resultou em acaloradas discussões no meio acadêmico e científico, mas a tese predominante atualmente a considera, “[...] como uma entidade sindrômica, independente do adulto, conceito este aceito e bastante investigado, até o presente momento.” (BARBOSA; LUCENA, 1995, p.23).

A depressão infantil, de acordo com Barbosa e Lucena (1995), assim como Milani e Yaegashi (2011) tem sua origem principalmente no ambiente familiar onde encontra terreno fértil extremamente frágil e hostil, com comportamentos inalterados dos familiares afetando de forma disfuncional a personalidade da criança.

Quanto ao tema é salutar a importância do conceito e das características principais relacionadas ao desenvolvimento da depressão infantil no ambiente familiar. Segundo Milani e Yaegashi (2011, p.3):

A origem da depressão na infância está associada a fatores biológicos e ambientais, que atuam reciprocamente sobre o indivíduo. Assim o contexto familiar pode ser considerado como um dos fatores ambientais que influenciam no desenvolvimento da depressão infantil, já que a configuração familiar é responsável pelo desenvolvimento emocional do indivíduo.

Corroborando com o tema, leciona Barbosa e Lucena (1995, p.26):

Vivemos um momento em que as famílias passam por difíceis problemas de reestruturação, caracterizados em sua grande maioria pela privação psicossocial, ou por outro lado, pela preocupação dos pais na manutenção dos seus “status”, sendo isto, portanto, um elemento facilitador do aparecimento de depressão infantil em larga escala em nossa sociedade.

Assim infere-se que o meio familiar é o grande propagador da depressão infantil, mas os sintomas em sua maioria são de difícil diagnóstico e constatação podendo ser confundidos ou mal interpretados dependendo do caso concreto, pois a própria família e o indivíduo acabam por tornar o comportamento como aspecto normal do cotidiano.

Neste sentido orienta Milani e Yaegashi (2011, p.3):

Os sintomas da depressão na infância nem sempre são identificados com clareza e facilidade, em função das diferentes formas de manifestação desta patologia que geralmente está associada à co-morbidades e disforias que comprometem o diagnóstico, o que exige do profissional uma avaliação criteriosa para identificação da mesma.

Como bem se observa os problemas surgidos da depressão infantil são caracterizados como sendo dos mais variados os quais remontam principalmente a dificuldade de convivência social e familiar da criança.

[...] o prejuízo no desenvolvimento infantil acarretado pela depressão infantil pode ser em nível físico, cognitivo, psicomotor e psicossocial, afetando principalmente as habilidades necessárias para a aprendizagem. Além disso, afeta também a família e o grupo em que a criança está inserida. (FICHTENER, 1997 apud HUTTEL et al., 2011, p. 13).

Baseado no mesmo assunto, importante citar as considerações de Barbosa e Lucena(1995 apud HUTTEL et al (2011, p. 13), “[...] crianças depressivas tem dificuldades para entender explicações e concentrar-se pois quando o emocional está comprometido há interferências nas questões cognitivas.”

Nesse sentido cabe destacar os estudos a respeito do tema segundo Huttel, etal (2011, p. 13):

Do ponto de vista psicológico, a depressão pode estar associada a alguns aspectos comprometidos da personalidade, ausência de autoconfiança e baixa autoestima. Do ponto de vista social, pode ser postulada como uma inadaptação ou pedido de socorro, podendo ser consequência de aspectos culturais, familiares ou escolares.

Desta forma cabe relacionar os problemas familiares envolvendo a alienação parental na figura da síndrome da alienação parental com a depressão infantil, pois de certa forma os reflexos dos eventos traumatizantes e estressantes podem fazer com que a criança desenvolva a síndrome da alienação parental com patologias graves dentre elas a depressão infantil muitas vezes confundida com outros distúrbios pela sua dificuldade de diagnóstico.

2 MÉTODO

Segundo Leonel e Motta (2007, p. 98), “[...] pesquisa é um processo de investigação que se interessa em descobrir as relações existentes entre aspectos que envolvem os fatos fenômenos, situações ou coisas.”

O presente projeto de pesquisa teve como método de abordagem o dedutivo, visto que partiu de uma proposição geral visando atingir ao fim uma ideia particular, específica sobre o assunto a ser pesquisado.

Deste modo, esse foi o método científico utilizado no projeto, o qual partiu de argumentos gerais, baseados nos preceitos da Alienação Parental e Depressão Infantil, de forma a demonstrar que a Alienação Parental é um fator de predisposição para o surgimento de distúrbios, e o conjunto desses sintomas pode desencadear a depressão infantil.

Quanto ao delineamento da pesquisa, segundo Gil (2002, p. 70), “[...] refere-se ao planejamento da mesma em sua dimensão mais ampla”, ou seja, neste momento, o investigador estabelece os meios técnicos da investigação, prevendo-se os instrumentos e os procedimentos necessários utilizados para a coleta de dados.

Define-se esta pesquisa, quanto ao nível em exploratória, pois objetiva proporcionar maior familiaridade com o objeto de estudo.

No que tange à abordagem, este estudo utilizou a qualitativa, pois as informações obtidas não podem ser quantificáveis e os dados obtidos são analisados indutivamente e subjetivamente. Segundo Santos (1999, p. 403) “os métodos qualitativos são geralmente caracterizados como robustos, detalhados, aprofundados, descritivos e orientados para o processo.”

Logo, esse foi o método científico utilizado no trabalho de pesquisa adotando o fichamento bibliográfico como o procedimento do tipo de pesquisa, o qual partiu de argumentos gerais, baseados nos preceitos da Alienação Parental, Síndrome da Alienação Parental e Depressão Infantil utilizando como palavras chave da pesquisa: depressão infantil, alienação parental, síndrome da alienação parental e divórcio para abarcar a questão dos reflexos negativos na saúde mental da criança em seu desenvolvimento, utilizando assim como fonte de pesquisa livros, base de dados eletrônicos bem como teses e dissertações de especialização e mestrado.

Em relação à escolha do procedimento de análise de conteúdo Bardin (1979, p. 42) ensina que:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

Nesse sentido, a análise de conteúdo foi escolhida como procedimento de análise mais adequado, na presente pesquisa sendo as categorias definidas como parâmetro de análise os objetivos da pesquisa e marco teórico.

3 SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL COMO FATOR DE RISCO PARA O SURGIMENTO DA DEPRESSÃO INFANTIL: RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Síndrome da Alienação Parental gera uma mudança de comportamento na criança e adolescente capaz de conduzi-los a um único caminho onde pode haver abalos emocionais.

Segundo Dias (2010, p.24), “[...] quando uma família possui uma dinâmica muito perturbada, a Síndrome da Alienação Parental pode se manifestar como uma tentativa desesperada pela busca de equilíbrio.”

A criança sofredora da alienação é acometida por problemas psicológicos que afetam várias áreas de seu desenvolvimento, pois o comportamento da criança é o reflexo do meio onde ela está inserida, assim a forma como são criadas e educadas resulta diretamente em sua personalidade, estes comportamentos tendem a ser negativos influenciando a saúde emocional e psicológica da criança resultando na Síndrome da Alienação Parental, (GUIMARÃES, 2015).

A Síndrome da Alienação Parental causa na criança traumas que podem seguir ao longo de sua vida podendo chegar ou ressurgir na vida adulta, é o que preconiza Rangel e Pinheiro (2009, p. 05):

Percebe-se, por conseguinte, que uma vez consumada a síndrome, seus reflexos são irreversíveis, ganhando maior projeção na fase adulta, vez que o filho suporta um grave complexo de culpa por ter sido conivente com o genitor alienante, injustiçando desta forma impiedosa o alienado.

Acontece que a Síndrome da Alienação Parental deve ser diagnosticada de forma precisa e em seus estágios iniciais, para propiciar um tratamento adequado e eficiente em combate e prevenção da cronificação da doença bem como resultar em uma vida adulta saudável.

Nesse sentido para que o diagnóstico e por sua vez o tratamento seja realizado de maneira efetiva faz-se necessário descrever os distúrbios advindos do processo alienador de maneira específica a fim de denotar razoável distinção entre patologias que podem ser identificadas por si só e outras que dependam de um conjunto de sintomas para serem identificadas.

Nessa perspectiva Rangel e Pinheiro (2010, p.6) classificam os distúrbios advindos da alienação parental da seguinte maneira:

Todavia, criança vítima desta patologia são mais propensas a apresentar distúrbios psicológicos comumente chamados de síndromes parentais, como depressão crônica; ansiedade; nervosismo; quadro nítido de pânico; tendência à utilização de drogas e álcool como “saída” objetivando aliviar a dor da alienação; pensamentos suicidas; apresentam baixa auto-estima; dificuldade em estabelecer uma relação de estabilidade na fase adulta; demonstram desprezo ou medo do genitor alienado; apresentam perda de apetite ou inverso; sono perturbado; choro inconsistente; desinteresse pelos estudos; busca incessante de satisfação como, por exemplo, a necessidade de acariciar

áreas do corpo; dislexia; distúrbios da fala; visível irritabilidade; déficit de concentração, dentre outros.

Quanto aos sintomas da Síndrome da alienação parental arremata Dias (2011, p. 460):

Como sintomas, pode-se destacar depressão crônica, incapacidade de adaptação em ambiente psicossocial normal, transtornos de identidade e imagem, desespero, sentimento incontrolável de culpa, sentimento de isolamento, comportamento hostil, falta de organização, dupla personalidade e às vezes suicídio.

Em contraponto Fonseca (2006 apud MILANI; YAEGASHI (2011, p.3) classificam os distúrbios como sendo:

Inúmeros são os danos causados as crianças decorrentes da síndrome da alienação parental, dentre os quais se destacam os seguintes: baixo desempenho escolar, comportamento de rebeldia, condutas antissociais, regressões afetivas, sentimento de culpa, conduta de indiferença frente a situação, risco de suicídio, doenças psicossomáticas.

Assim infere-se que o processo de alienação resulta na síndrome da alienação parental que se relaciona diretamente com sintomas como irritabilidade, baixa autoestima, estresse, insatisfação, rebeldia entre outros. Por sua vez pode-se afirmar que a (SAP) se relaciona indiretamente com a depressão infantil, uma vez que é necessário primeiramente a caracterização do conjunto de sintomas para o diagnóstico da depressão infantil.

Conforme excertos pode-se analisar que a alienação parental é capaz de desenvolver distúrbios que afetam o psicológico da criança vítima. Esses distúrbios qualificados como Síndrome da Alienação Parental quando somados em um conjunto podem desenvolver patologias dentre elas a Depressão Infantil. É cabível acrescentar a análise em tela que autores como Rangel e Pinheiro assim como Dias não fazem esta alusão, citando a depressão infantil como simples sintoma da alienação parental. Em contraponto, Fonseca citando Milani e Yeagashi correlaciona depressão infantil como consequência de um conjunto de distúrbios causados pela alienação parental.

Corroborando com as palavras de Fonseca (2006 apud MILANI; YAEGASHI (2011, p.3), Miller (2003, p.2) analisa a depressão em um conjunto de sintomas classificando-a em quatro classes principais de distúrbios:

Crianças e adolescentes com depressão sofrem de quatro classes principais de distúrbios: problemas relacionados ao pensamento, emocionais, comportamentais ou processos psicológicos. Os problemas com o pensamento incluem dificuldade de concentração, indecisão, pensamentos mórbidos, sensação de inutilidade e culpa excessiva; os problemas emocionais incluem abatimento, irritabilidade, interesse ou prazer reduzido em suas atividades e uma falta de expressão ou variação emocional;

os problemas comportamentais incluem agitação ou letargia. E finalmente, os sintomas psicológicos muito ou pouco sono, falta ou excesso de apetite, fadiga e falta de energia.

Essa diferenciação tem sua importância fundamentada nas palavras de Miller (2003, p.10), “quando algo estressante ocorre na vida de uma criança, ela pode sofrer uma alteração em suas atividades cotidianas. Incidentes como divórcio dos pais [...] podem levar a sintomas semelhantes a depressão.”

Nesse sentido cabe destacar os estudos a respeito do tema segundo Huttel et al (2011, p. 13), o qual também correlaciona a depressão com fatores conectos indiretamente com a Síndrome da Alienação Parental: “Do ponto de vista psicológico, a depressão pode estar associada a alguns aspectos comprometidos da personalidade, ausência de autoconfiança e baixa autoestima.”

Seguindo essa corrente de pensamento a depressão infantil que é consequência dos sintomas da (SAP) pode ser diagnosticada sob a união de diferentes sintomas. Crianças depressivas têm dificuldade para explicar, entender ou concentrar-se, pois quando seu emocional está comprometido há muitas interferências nas questões cognitivas, havendo uma retração da criança independente de sua idade fazendo com que haja um isolamento da mesma, (MILLER, 2003).

Contribuindo com o tema relaciona Barbosa e Lucena (1995, p.26):

Os acontecimentos vitais têm sido atribuídos a uma função depressogena sobre o comportamento infantil, ou seja: o aparecimento de um acontecimento ou evento estressante pode descompensar a conduta infantil favorecendo o surgimento de pensamentos e sentimentos depressivos na criança.

Como bem se observa os problemas surgidos da depressão infantil são caracterizados como sendo dos mais variados os quais remontam principalmente a dificuldade de convivência social e familiar da criança:

[...] o prejuízo no desenvolvimento infantil acarretado pela depressão infantil pode ser em nível físico, cognitivo, psicomotor e psicossocial, afetando principalmente as habilidades necessárias para a aprendizagem. Além disso, afeta também a família e o grupo em que a criança está inserida. (FICHTENER, 1997 apud HUTTEL et al., 2011, p. 13).

Pelo fato da aprendizagem apresentar-se prejudicada em crianças acometidas por depressão infantil emitem-se, frequentemente diagnósticos equivocados em relação a estas crianças confundindo algumas vezes com hiperatividade, déficit de atenção dentre outros, (MILLER, 2003).

Além disso, cabe mencionar que os problemas advindos da depressão infantil serão diagnosticados com relevante precisão no caso da análise da alienação parental se e somente se forem correlacionados os sintomas advindos da alienação e consequente transformação em distúrbios emocionais caracterizando a síndrome da alienação parental e desta podendo desenvolver a depressão infantil. Nesse sentido ocorre a dificuldade de diagnóstico da depressão infantil, uma vez que fatores de dificuldade em convivência familiar resultantes de depressão infantil podem ser apenas sintomas isolados de alienação parental, sem correlação direta com patologias mais severas como a depressão infantil.

Ademais esses aspectos a priori resultantes em sintomas da alienação não devem ser descartados e podem contribuir para a depressão na criança. Podendo a depressão ter início com perda de interesse pelas atividades que normalmente eram interessantes, manifestando-se como uma espécie de aborrecimento constante diante dos jogos, brincadeiras, esportes, sair com os amigos, além de apatia, adinamia e redução significativa da atividade, passando a ter desinteresse pelo que antes gostava de fazer. Às vezes pode haver tristeza, (MILLER, 2003).

Sob o alto grau de subjetividade da conceituação da depressão infantil ainda é necessário observar que essa não necessariamente se apresenta apenas sob aspectos negativos comportamentais, mas também pode ser diagnosticada sob alguns aspectos positivos dificultando ainda mais o seu diagnóstico.

Corroborando com o tema explicita Miller (2003, p.8):

Contudo, crianças com depressão costumam ser calmas e obedientes e não causam confusões. Embora suas notas não sejam boas, raramente são encaminhadas para auxílio porque não atrapalham o ambiente de aula. Normalmente elas só recebem tratamento quando agem de maneira drástica ao faltar as aulas com frequência, irritar-se, frustrar-se nas aulas ou tentar suicídio.

Desta forma, assim que for confirmado o diagnóstico, da Síndrome da Alienação parental a criança precisa realizar o tratamento com urgência, a fim de evitar sequelas graves como, por exemplo, a depressão que é a soma de um conjunto de sintomas ou apenas um sintoma que pode levar a distúrbios graves que fazem com que o desenvolvimento da depressão ocorra.

Importante se faz a identificação da Síndrome da Alienação Parental (SAP) de forma precisa e em estágios iniciais segundo Milani e Yaegashi (2011, p.4):

[...] pode-se afirmar que a depressão, sendo um problema tão relevante de saúde pública, devido a sua alta incidência em todas as idades, sexos e classes sociais, precisa ser encarada com mais seriedade pelos profissionais de saúde, uma vez que se não for diagnosticada com precisão poderá ocasionar graves repercussões na vida adulta de uma pessoa, principalmente no caso da criança.

Como o diagnóstico da depressão infantil é de difícil constatação e inclui diversos fatores sob análise é necessário um acompanhamento prévio da criança ou adolescente a fim de evitar padrões de comportamento que podem se tornar resistentes a mudanças futuras.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face do exposto denota-se a importância das considerações a respeito da alienação parental que vem se tornando conteúdo frequentemente debatido tanto no meio acadêmico quanto na sociedade.

Devido à atualidade do tema corroborado pela recente criação da norma regulatória do processo alienador menciona-se os esforços realizados a fim de melhor conceituar, diagnosticar e coibir as práticas que prejudiquem o desenvolvimento psicológico da criança e do adolescente na organização familiar. Assim é salutar o engajamento da comunidade dos órgãos de saúde e do poder judiciário.

Quando não possível uma convivência harmoniosa e saudável na organização familiar e quando da ocorrência de práticas alienadoras pelos cônjuges deve o judiciário prezar pela cessação do abuso junto com o diagnóstico efetivo do psicólogo.

Vale ressaltar que a alienação parental pode desenvolver sintomas que denominam-se de Síndrome da Alienação Parental (SAP). Essa síndrome da alienação Parental pode gerar danos ao desenvolvimento e formação da personalidade e identidade da criança e do adolescente, levando ao desenvolvimento da depressão infantil e ainda ter reflexo negativo atingindo inclusive a vida adulta do alienado.

Esses sintomas por sua vez podem ser conceituados como um conjunto responsável pela caracterização da depressão infantil ou como parte de um sintoma causador de um distúrbio por si só responsável por desencadear a depressão na criança. É nessa perspectiva que se encontra a grande dificuldade em diagnosticar a depressão infantil, uma vez que fatores resultantes como dificuldade de convivência familiar, por exemplo, pode ser

caracterizado como simples consequência da alienação sem apresentar identidade depressógena.

Além do mais cabe ressaltar a necessidade de uma definição e correlação clara e coesa entre os fatores decorrentes da alienação parental que causam a SAP com a depressão infantil resultante do processo, pois como se pode observar na pesquisa há diferentes modos de conceituação e correlação dos fatores pelos autores, de modo a não invalidar os conceitos, mas tão somente causar embaraço ainda maior quanto ao diagnóstico.

Assim é de extrema importância que se especifique os sintomas e consequências da Síndrome da alienação parental de modo que facilite o diagnóstico do profissional responsável a fim de aplicar o tratamento efetivo e adequado para cessar o distúrbio e reduzir os danos causados. Nesse contexto uma melhor definição na abordagem da alienação em correlação com a depressão na criança, identificando o processo como etapas necessárias para caracterização das patologias é de extrema valia uma vez que teria o poder de reduzir o grau de subjetividade na identificação da depressão infantil como resultado do processo alienador.

Importante ressaltar que o diagnóstico prévio da alienação parental é fundamental para evitar a cronificação dos sintomas da (SAP) e evitar que o agrupamento desses sintomas leve ao desenvolvimento da depressão infantil.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Genário. Alves; LUCENA, Aline. (1995). **Depressão infantil**. Disponível em: <http://www.psiquiatriainfantil.com.br/revista/edicoes/ed_03_2/in_07_07.pdf>. Acesso em: 08 out. 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BRASIL, Lei nº 12. 318 de agosto de 2010. **Dispõe sobre a alienação parental**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12318.htm>. Acesso em: 02 out. 2017

CARVALHO (org), Maria do Carmo Brant. **A família contemporânea em debate**. 3.ed. São Paulo: Educ/Cortez, 2000.

CACHAPUZ, Rozane da Rosa. **Mediação nos Conflitos e Direito de Família**. Porto Alegre: Ed. Juruá, 2006.

CALDERARO, Rosana Simão dos Santos; CARVALHO, Cristina Vilela de. **Depressão na Infância: Um estudo exploratório**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n2/v10n2a04.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2017.

DOLTO, Françoise. **Quando os pais se separam**. Rio de Janeiro: Ed Zahar, 1989.

DIAS, Maria Berenice. **Incesto e Alienação Parental**. Realidades que a justiça insiste em não ver. v. 2. Ed. Revista dos tribunais. 2010.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011

FIGUEIREDO, Fábio Vieira; ALEXANDRIDIS, Georgios. **Alienação Parental: Aspectos materiais e processuais da lei 12.318, 26-08-2010**. São Paulo: Editora Saraiva, 2014.

FRAGA, Bibiana Pereira de. **Depressão na Infância: Uma revisão da literatura**. 2015

Disponível

em:<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/141362/000992358.pdf?sequence=1>>
. Acesso em: 05 out. 2017.

GARDNER, Richard. **O DSM-IV tem equivalente para o diagnóstico de Síndrome da Alienação Parental (SAP)?** Tradução de Rita Rafaeli. Disponível

em:<<http://www.alienacaoparental.com.br/textos-sobre-sap-1/o-dsm-iv-tem-equivalente>>.
Acesso em: 02 out. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZAGA, Jaciara Carvalho. (2005). **Os filhos na separação dos pais: uma visão psicológica**. Disponível em:

<<http://www.avm.edu.br/monopdf/3/JACYRA%20CARVALHO%20GONZAGA.pdf>>

Acesso em: 16 de out 2017.

GUIMARÃES, Daniela Barreto. **Alienação Parental: O Fenômeno familiar e as formas de minimizar seus efeitos, prevenindo a síndrome**. Faculdade Promove- Icesp, (2015).

HUTTEL, L. et al. **A depressão infantil e suas formas de manifestação**. 2011. Disponível em:<[file:///C:/Users/User/Downloads/pa-4522%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/pa-4522%20(1).pdf)> Acesso em: 02 out 2017.

KALOUTIAN, Sílvia Manoug. **Família brasileira: a base de tudo**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

LEONEL, Vilson; MOTTA, Alexandre de Medeiros. **Ciência e pesquisa: livro didático**.

Design instrucional Viviane de bastos. 2. ed. rev. atual. Palhoça: Unisul Virtual, 2007. Livro Didático da Disciplina de Ciência e Pesquisa na modalidade a distância da Unisul Virtual.

MILLER, Jeffrey A. Ph.D. **O livro referência para a depressão infantil**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2003.

PINTO, Juliana Mezzaroba Tomazoni de Almeida. **Síndrome da Alienação Parental: a implantação de falsas memórias em desrespeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento**. 2012. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/20813/sindrome-da-alienacao-parental-a-implantacao-de-falsas-memorias-em-desrespeito-a-condicao-peculiar-de-pessoa-em-desenvolvimento>>. Acesso em: 08 out. 2017.

RANGEL, Esther Helena Peixoto; PINHEIRO, Gilson Lopes. (2009). **Alienação Parental. Revista Pensar**. Disponível em:

<http://revistapensar.com.br/direito/pasta_upload/artigos/a142.pdf>. Acesso em: 10 de out 2017.

SANTOS, Silvia R. Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa biomédica. **Revista de Pediatria**. 1999. Disponível em: <<http://www.jpmed.com.br/conteudo/99-75-06-401/port.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2017.

SILVA, Ana Maria Milano. **A lei sobre Guarda Compartilhada**. 2. ed. São Paulo: JH Mizuno, 2008.

SILVA, Regina Beatriz Tavares da. **Curso de Direito Civil**, v. 2, Direito de Família, 41.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

SILVA, Denise Maria Passinida. **Guarda compartilhada e Síndrome da Alienação Parental: O que é isso?** v. 1, São Paulo: Ed. Armazém de bolso, 2010.

SILVA, Raquel Oliveira; FERNANDES, Rogério Mendes. **As consequências da alienação para o alienante**. 2014. Disponível em: <<http://www.faculdadeatenas.edu.br/arquivos/NucleoIniciacaoCiencia/REVISTAJURI2015/11%20AS%20CONSEQUENCIAS%20DA%20ALIENACAO%20PARENTAL%20PARA%2000%20ALIENANTE.pdf>>. Acesso em: 08 out.2017.

TOSTA, Marlina Cunha. (2013). **Síndrome da Alienação Parental: a criança, a família e a lei**. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2013_1/marlina_tosta.pdf>. Acesso em: 17 out. 2017

TRINDADE, J. Síndrome de alienação parental (SAP). In: DIAS, M. B. (Coord.). **Incesto e Alienação Parental: realidades que a Justiça insiste em não ver**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

YAEGASHI, Ana Carolina; MILANI, Rute Grossi. **Síndrome da alienação parental e a Depressão Infantil: Algumas reflexões**. 2011. VII EPC: Encontro internacional de produção científica. Disponível em: <http://www.cesumar.br/prppge/pesquisa/epcc2011/anais/ana_carolina_yaegashi2.pdf>. Acesso em: 02 out. 2017.

VIEGAS, Claudia Mara de Almeida Rabelo; RABELO, César, Leandro de Almeida. **Alienação Parental**. 2011. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/19223/a-alienacao-parental>>. Acesso em: 07 out.2017.